

## DÍZIMO E PASTORAL SOCIAL

*Pe. Nelito Nonato Dornelas\**

**Resumo:** A Pastoral do Dízimo lança suas raízes na história da Igreja Católica na sociedade brasileira face ao compromisso desta com a Evangelização. O lançamento da Encíclica *Rerum Novarum* pelo Papa Leão XIII inaugurou o que se convencionou a chamar de Doutrina Social da Igreja. No Brasil, o grande incentivo à participação social dos cristãos leigos e leigas veio do Cardeal D. Sebastião Leme expresso em sua carta pastoral de tomada de posse na Arquidiocese de Olinda em 1916. A criação da CNBB, em 1952, com o tema do compromisso social e da emancipação dos pobres passou a ser uma grande preocupação da Igreja no Brasil. E a temática dos dízimos, entendida como forma de sustento da vida eclesial, da evangelização e do cuidado com a dimensão social da fé, passou a ser discutida. Em 1961 o Movimento de Natal, no Rio Grande do Norte, promoveu a primeira Campanha da Fraternidade, com o objetivo de sensibilizar a comunidade católica para as necessidades humanas e materiais do próximo. Nesta perspectiva, surge no episcopado uma visão mais abrangente da realidade e nasce a consciência da construção conjunta de um plano nacional de pastoral, cuja elaboração se dará em 1966. Destes planos de pastoral de conjunto nasceram as Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, cuja revisão e elaboração se dão a cada quatro anos. Na Assembleia Geral da CNBB de 2016, os bispos delegaram ao Conselho Permanente a aprovação oficial do documento 106 com o seguinte título: o dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas. O documento apresenta a Pastoral do Dízimo na perspectiva da evangelização, como um dos elementos da “conversão pastoral e paroquial”.

**Palavras-chave:** Dízimo. Pastoral Social. Evangelização.

---

\* Nelito Nonato Dornelas é padre secular da Diocese de Governador Valadares/MG. Tem formação nas áreas da filosofia, teologia, psicanálise clínica e atualmente estuda ecumenismo no Instituto Bossey na Universidade de Genebra na Suíça. Foi assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade Justiça e Paz da CNBB e foi o articulador da quinta Semana Social Brasileira.

## 1 A Igreja Católica e a formação cultural da sociedade brasileira

A formação da sociedade brasileira teve sua fundamentação ideológica na cosmovisão da Igreja Católica. Nos três primeiros séculos, o catolicismo, como religião oficial, serviu, não só para permear a sociedade brasileira de valores morais e religiosos, mas também para reunir os mais diferenciados grupos sociais em torno do projeto lusitano europeu que resultou numa sociedade marcadamente patriarcal, latifundiária e escravocrata, motivo de muitas críticas e descrença.

A implantação desse projeto não se deu de forma pacífica. Inúmeros foram os movimentos de resistência e contestação, dos quais participaram membros do clero e leigos católicos, pagando, muitas vezes o preço por tal opção ou com o exílio, o cárcere e até mesmo com a própria vida.

Muitos membros da Igreja sempre estiveram muito perto dos pobres por meio das confrarias, associações e irmandades, no socorro imediato e assistencial de suas necessidades, bem como na construção de cemitérios, hospitais, como as Santas Casas de Misericórdia, asilos, patronatos, internatos, creches e escolas.

Neste campo merece destaque especial o trabalho das Conferências dos Vicentinos, fundada por Frederico Ozanan, em 1848, na França e que se espalharam em rede em todo território brasileiro.

## 2 O surgimento da Doutrina Social da Igreja

O grande impulso para o engajamento social da Igreja se deu aos 15 de maio de 1891, com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* - *das coisas novas*, do Papa Leão XIII, inaugurando o que se convencionou a chamar de Doutrina Social da Igreja.

Leão XIII nos convidou a alargar o horizonte do nosso olhar, para enxergar a Deus para além dos espaços religiosos e a encontrá-lo nas coisas novas que estavam acontecendo na sociedade contemporânea. Princípio este que deve orientar nosso ser cristão em todos os tempos.

### **3 Os primórdios do engajamento social dos cristãos leigos e leigas**

O grande incentivo à participação social dos cristãos leigos e leigas dada pela hierarquia, veio do Cardeal D. Sebastião Leme, como bem se expressou em sua carta pastoral de tomada de posse na Arquidiocese de Olinda em 1916:

Somos católicos de clausura! A nossa fé se restringe ao encerro do oratório ou à nave das Igrejas. Quando fora das portas dos lugares santos, tremulam nossos pendões, é certo que neles não fremem entusiasmos de reivindicação jurada; braçadas de flores é que eles levam em suas dobras perfumadas; não são bandeiras de ação; são vexilos de procissão.

Com o incentivo da hierarquia católica à participação dos cristãos leigos na vida social e com a entrada em cena do movimento da Ação Católica, surge, na década de 1920, a categoria do católico militante que ensaia a ruptura com o modelo de cristandade vigente. O Centro Dom Vital, em Petrópolis/RJ, cumpriu um papel muito importante para o engajamento social dos cristãos leigos e leigas.

Desafiados a uma inserção social da fé católica, a partir da década de 1920 vai florescer do seio da Igreja, em quase todo território nacional uma imensa variedade de atividades sociais, promovida por leigos e congregações religiosas, denominada de Ação Social, entendida como uma forma nova de superação da assistência tradicional até então praticada pela Igreja.

A senhora Stella de Faro, em palestra durante a primeira

Semana de Ação Social realizada no Rio de Janeiro em 1936, convocada por Dom Leme, apresenta a distinção entre Ação Social e assistência. Para ela, a Ação Social é inspirada pela necessidade das pessoas, é preventiva, distinguindo-se da prática caritativa, sobretudo curativa. O assistencialismo levava o remédio ao indivíduo atingido pelo mal, ao passo que a obra social procura saber sua causa para combater o mal em sua fonte.

#### **4 A criação da CNBB e articulação da ação social**

Quando da criação da CNBB, em 1952, o tema do compromisso social e da emancipação dos pobres passou a ser uma grande preocupação da Igreja no Brasil. E a temática dos dízimos, entendida como forma de sustento da vida eclesial, da evangelização e do cuidado com a dimensão social da fé, passou a ser discutida.

Dom Helder Câmara, como primeiro secretário-executivo da CNBB, com dez anos de mandato, articulou também a criação da CRB, Conferência dos Religiosos do Brasil, em 1954, possibilitando uma ação conjunta das Congregações Religiosas entre si e destas com a CNBB. Nesse mesmo contexto, em 1956, ocorreu a criação da Caritas Brasileira, com o objetivo de gerenciar a ação social da Igreja, por meio da arrecadação de recursos financeiros, de forma sistemática e permanente

Gradativamente a Igreja passa a debruçar-se cada vez mais sobre a realidade brasileira, procurando analisar os problemas religiosos, sociopolíticos, destacando suas causas e consequências.

Realiza-se um esforço significativo para adaptar melhor a própria instituição aos novos tempos, a fim de continuar a exercer sua influência sobre a nova sociedade que vinha surgindo, apresentando-se como uma reserva moral e de grande

relevância social.

Ao mesmo tempo, dispõe-se a colaborar de forma mais específica em projetos de interesse social, destinados a proporcionar melhor bem-estar à população, sobretudo aos segmentos mais carentes e necessitados, como exemplo maior, o empenho de Dom Helder Câmara na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

A hierarquia eclesiástica passa a reconhecer a necessidade de um aprofundamento sociológico para melhor entender a realidade brasileira, percebendo também a importância de identificar as causas econômicas geradoras dos problemas sociais.

## **5 Campanha da Fraternidade e Pastoral Social**

Em 1961 o Movimento de Natal, no Rio Grande do Norte, promoveu a primeira Campanha da Fraternidade, com o objetivo de sensibilizar a comunidade católica para as necessidades humanas e materiais do próximo. A CNBB acampou este projeto, dando-lhe dimensão nacional, cuja primeira edição se deu em 1964, possibilitando a discussão sobre temáticas relevantes para a sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, surge no episcopado uma visão mais abrangente da realidade e nasce a consciência da construção conjunta de um plano nacional de pastoral, cuja elaboração se dará em 1966. Destes planos de pastoral de conjunto nasceram as Diretrizes Gerais de Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, cuja revisão e elaboração se dão a cada quatro anos.

Para auxiliar na análise da realidade brasileira em vista de uma intervenção consciente e transformadora da mesma, foram criadas várias organizações, apoiadas pela CNBB ou em parceria com ela, tais como: MEB (Movimento de Educação de

Base), IBRADES (Instituto Brasileiro de Análise Social e Desenvolvimento), CEAS (Centro de Estudos e Análise Social), CEBI (Centro Ecumênico Bíblico), CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), CNLB (Conselho Nacional de Leigos), CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz), AP (Ação Popular), TdL (Teologia da Libertação), CERIS (Centro de investigações religiosas e estatísticas sociais), INP (Instituto Nacional de Pastoral) e Centro Nacional de fé e política Dom Helder Câmara.

A Igreja Católica passou a organizar as paróquias a partir das Comunidades Eclesiais de Base, das quais surgiram inúmeras Pastorais Sociais especializadas com o objetivo de cumprir sua missão pastoral junto aos pobres, tendo em vista a sua promoção, inclusão social e libertação.

Podemos destacar as seguintes Pastorais Sociais especializadas: pastoral dos pescadores, pastoral do mundo do trabalho, pastoral do menor, pastoral dos migrantes, pastoral da mulher marginalizada, pastoral da população em situação de rua, pastoral da saúde, pastoral carcerária, pastoral da criança, pastoral da pessoa idosa, pastoral da juventude, pastoral das pessoas com HIV/AIDS, pastoral da sobriedade, pastoral dos surdos/mudos, pastoral dos nômades, pastoral dos ciganos, pastoral dos circenses, pastoral dos refugiados, pastoral do turismo, pastoral dos trabalhadores no mar, pastoral dos afro descendentes, pastoral dos direitos humanos, pastoral da ecologia.

## **6 A Igreja Católica no século XXI e sua relevância social**

### **a) Circunscrições católicas no mundo todo**

12 patriarcados, 610 arquidioceses, 2.113 dioceses, 44 prelazias territoriais, 10 abadias nullius, 25 exarcados de ritos orientais, 36 ordinariatos militares, 87 vicariatos apostólicos, 11 prefeituras apostólicas, 8 administrações apostólicas, 8 missões

independentes *sui iuris* e uma rede de 132.642 centros missionários e 221.740 paróquias.

### **b) Número de fieis congregados**

1,3 bilhão de batizados, 3.170.643 catequistas, 362.488 missionários leigos, 54.559 irmãos religiosos e 668.729 religiosas com votos perpétuos de vida consagrada. O clero é composto de 5.485 bispos, 414.313 presbíteros, 45.000 diáconos casados permanentes e 116.939 seminaristas maiores.

### **c) Entidades filantrópicas**

5.167 hospitais católicos, 15.699 casas para pessoas idosas, 10.124 orfanatos, 11.596 enfermarias, 14.744 consultórios de orientação familiar e 115.352 institutos beneficentes e assistenciais.

### **d) Obras sociais da Igreja Católica no Brasil**

Quase 500 institutos e ordens religiosas e de vida apostólica, distribuídos em 1.026 sedes em todo país, desenvolvem de forma autônoma iniciativas e atividades de assistência social para atendimento de populações carentes.

Segundo pesquisa da Fundação Esquel, em 2014 foram realizadas um total de 393,5 milhões de atendimentos. Consideram-se 13 atendimentos por pessoa = 30,3 milhões de pessoas = 88% dos pobres do país.

### **e) Ação das pastorais sociais**

A Pastoral da Criança é a única que está presente em todas as dioceses do País. As Pastorais Sociais são 26. Elas realizaram cerca de 106,4 milhões de atendimentos para um número de pelo menos 8,9 milhões de indivíduos.

Nestes números pode haver uma pequena parcela de duplicidade com os atendimentos das obras sociais. Mas os atendidos pelas Obras e as Pastorais Sociais da Igreja Católica do Brasil em 2014 foram quase 500 milhões de atendimentos para uma população de aproximadamente 39 milhões de brasileiros.

Assumindo que o tamanho médio da família brasileira é de 3,3, significa que a Igreja estaria atuando junto a cerca de 12 milhões de famílias, em sua maioria, pobres.

Este número corresponde a 20% do número de famílias brasileiras, e a 44% do número de famílias cadastradas pelo Governo como demandadoras de atenção para a Assistência Social.

#### **f) Voluntariado das obras sociais da Igreja**

As Obras Sociais em todo país, além dos empregados permanentes e de um número significativo de religiosos/as, mobilizam um contingente importante de pessoas, totalizando quase 300.000 (trezentas mil).

As Pastorais Sociais mobilizam 430.000 voluntários.

Os mais de 700 mil voluntários trabalham quase 200 milhões de horas/ano que convertidos em pessoa/ano a tempo completo, equivalem a um contingente de quase 100.000 trabalhadores permanentes.

#### **g) Significado econômico do voluntariado na Igreja**

Os mais de 700 mil voluntários, considerando o número de horas dedicadas, equivalem a um contingente de 95.600 trabalhadores (a tempo integral).

Caso estes colaboradores fossem remunerados pelo valor do salário médio pago pelas OSCs brasileiras (3,3 SM/mês, valor de 2016) a contribuição anual do voluntariado equivaleria a 3,6 bilhões de Reais.

Caso a referência salarial adotada fosse a do salário médio do servidor público brasileiro (4,5 SM/mês) a contribuição destes alcançaria de 4,9 bilhões de Reais/ano.

Finalmente, se adotássemos o salário médio do funcionalismo federal (8 SM/mês) esta contribuição alcançaria 8,7 bilhões de reais/ano.

## 7 O dízimo na comunidade de fé

A Igreja entende que a vida comunitária é fundamental para a vivência da fé e da renovação da Igreja a partir das bases.

Na Assembleia Geral da CNBB de 2016, os bispos delegaram ao Conselho Permanente a aprovação oficial do documento 106 com o seguinte título: *o dízimo na comunidade de fé: orientações e propostas*.

O documento apresenta a Pastoral do Dízimo na perspectiva da evangelização, como um dos elementos da “conversão pastoral e paroquial”.

Devido à diversidade pastoral e o caminho percorrido por cada diocese, foi desaconselhado um plano nacional do dízimo. O documento apenas indica elementos bíblicos e teológicos e esclarece conceitos e termos que muito nos ajudem a compreender o dízimo, numa linguagem propositiva.

Com a fundamentação bíblica: “*Deus ama quem dá com alegria*” (2Cor 9,7), o documento apresenta a pastoral do dízimo numa perspectiva missionária de entrega, doação e generosidade, participando no anúncio do “Evangelho da Alegria”. Anúncio este que acontece como presença da comunidade dos cristãos.

Atendendo ao pedido do Papa Francisco para que a Igreja esteja em permanente estado de missão e de conversão pastoral, a Pastoral do Dízimo deve também sair da mera pastoral de conservação e ser mais dinâmica. Para isso a Igreja retoma a Pastoral do Dízimo como caminho e uma forma de sustentação

da ação missionária.

É urgente pensar em estruturas pastorais para ajudar na missão. O dízimo deve se situar no âmbito da fé e na Pastoral de Conjunto. A perspectiva principal da Pastoral do Dízimo é a Evangelização.

### **a) A compreensão do dízimo**

Dízimo e pastoral têm que ter uma correta e ampla compreensão, bem como seus reais fundamentos. Na base do dízimo estão os princípios bíblicos, cristológicos e eclesiais. Conhecer suas dimensões e finalidades no âmbito da fé cristã é imprescindível.

### **b) O que é o dízimo?**

É uma das formas de expressão de fé, comunhão, participação e ação evangelizadora. É, em primeiro lugar, uma forma de vivência de espiritualidade. Na intimidade com Cristo o cristão vive a oblatividade e a partilha. Por isso, é contribuição sistemática e periódica, que supõe pessoas evangelizadas e comprometidas com a evangelização da Igreja.

### **c) Características do dízimo**

Supõe experiência de Deus e amor fraterno, compromisso moral, consciência, solidariedade. É também uma questão de justiça.

Está relacionado com o amor fraterno que circula na comunidade. É fruto de uma caridade ativa e prática de quem tem vivência da fé.

Sendo um compromisso moral, o dízimo nasce de decisão pessoal e exprime uma pertença afetiva à Igreja vivida em comunidade, manifestando sua comunhão e participação livres.

Não é fruto de lei, mas de decisão da consciência iluminada pela fé. Portanto, escolher a quantia depende de decisão da consciência, supõe iluminação da Palavra de fé e necessidade da comunidade. Palavras de São Paulo: “Cada um dê conforme tiver decidido em seu coração, sem pesar nem constrangimento, pois Deus ama quem dá com alegria” (2Cor 9,7).

No Antigo Testamento, dízimo era a décima parte dos bens próprios. A Igreja não determina nenhuma porcentagem predefinida e nem a forma como isso deve ser feito, que depende de cada lugar. A contribuição deve ser sistemática, estável e de forma periódica. Pode ser quando o fiel recebe o salário ou no tempo da colheita. O dízimo não se reduz apenas à sustentação econômica de pessoal ou manutenção de estruturas, mas tem objetivo evangelizador.

## 8 As dimensões do dízimo

Desde a Igreja primitiva, elegeram-se cinco elementos como constitutivos essenciais da Igreja de Cristo. Estes elementos eram como o seu DNA, a saber: **Diaconia** (serviço caritativo aos pobres), **martiria** (testemunho de fé), **koinonia** (comunhão de fé e de bens), **liturgia** (celebração da eucaristia) e **Kerigma** (anúncio explícito da pessoa de Jesus Cristo). Sendo assim, o dízimo está relacionado a estas cinco dimensões e para elas deve ser designado como devolução da fé à uma comunidade eclesial à qual pertença. Ser comunidade cristã é formar com seus membros o corpo de Cristo presente no mundo para santificá-lo. É ser corresponsável pela salvação da humanidade. Na comunidade de fé, o dízimo assume uma forma concreta de possibilitar a vivência plena da Igreja de Cristo com todos os seus elementos.

Na Igreja primitiva, tudo “era distribuído a cada um de acordo com as suas necessidades” (cf At 4,35-35). Os apóstolos pediram para não se esquecer dos pobres (Gl 2,10). A opção

pelos pobres é dimensão constitutiva da missão da Igreja. Na diaconia da caridade, a Igreja deve ouvir o clamor dos pobres. O dízimo fornece condições para uma organização articulada da caridade.

## **9 As finalidades do dízimo**

Organizar o culto divino, prover o sustento do clero e demais ministros, praticar obras de apostolado, de missão e de caridade. As finalidades do dízimo decorrem de sua natureza e dimensões. O dízimo deve coincidir com as “obras de apostolado” da Igreja. No Código de Direito Canônico: “os fiéis têm obrigação de socorrer as necessidades da Igreja”, para exercer os seus fins (c. 222 § 1). Deve promover a justiça social e socorrer os necessitados.

## **10 Orientações para a Pastoral do Dízimo**

A Pastoral do Dízimo esteja relacionada à Pastoral de Conjunto e Orgânica. Ela tem por finalidade motivar, planejar, organizar e executar iniciativas para implantação e funcionamento do dízimo.

Na implantação do dízimo, os fiéis tenham a oportunidade de conhecê-lo bem para assumi-lo com motivações corretas. Saber bem o que ele é, os seus fundamentos e as suas finalidades. Cuidar bem do modo de apresentar o dízimo, evitando confusões.

Começar a implantação com um período de sensibilização, de conscientização e formação de agentes para a Pastoral do Dízimo. Organizar uma campanha que inclua equipe de coordenação, tema, peças de divulgação, prazos, planejamento e agentes.

A Pastoral do Dízimo deve envolver todas as pastorais da paróquia, os movimentos, os serviços e as novas comunidades.

Ter amplo diálogo para aprofundar as convicções de todos os agentes, sejam ministros ordenados e os diversos colaboradores. Os resultados vão depender de um amplo processo participativo.

É importante realizar Assembleias Pastorais para promover o diálogo, a participação e a corresponsabilidade necessários. Papa Francisco: “o que é de todos deve ser por todos tratado”. Ele recorda a sinodalidade como dimensão constitutiva da Igreja. Sinal de que o povo deve ser ouvido na implantação do dízimo.

O dízimo deve ser uma forma habitual de contribuição, que nasce da formação da consciência fundamentada na gratuidade de Deus.

Fundamentos: conhecimento, planejamento, colaboração, adesão, material, distinção entre dízimo e outras formas, prestação de contas e transparência, ligação entre dízimo e evangelização.

## **11 Os agentes da Pastoral do Dízimo**

Os Agentes de Pastoral devem dar testemunho de ser dizimistas. Os ordenados sejam dizimistas e agentes da Pastoral do Dízimo. Os agentes sejam bem formados, bem entrosados e em equipes. A formação do dízimo é fundamental nos seus diversos aspectos. O conteúdo seja bíblico-teológico, humano e técnico-organizativo. Uma formação com metodologia e conteúdos adequados. O material seja de boa qualidade e disponíveis para os agentes.

## **12 O dízimo na Pastoral Orgânica e de Conjunto**

A Pastoral do Dízimo cria solidariedade das pessoas na vida

da comunidade, que significa vivência concreta da catolicidade e da missionariedade da Igreja paroquial ou diocesana. O dízimo reforça o sentido de pertença a uma Igreja particular concreta e aprofunda a compreensão da Pastoral Orgânica e de Conjunto.

A Pastoral do Dízimo cultiva um profundo sentido missionário e as pessoas se abrem para ajudar as comunidades mais necessitadas. Como meio ordinário de sustentação, a comunidade se abre para necessidades supra paroquiais: seminário, cúria, bispo, padres e pastorais sociais.

A formação sobre o dízimo deve fazer parte da Iniciação à Vida Cristã, envolver a catequese, as crianças, a formação dos noivos. Dar formação sobre o dízimo aos futuros ministros ordenados.

O dízimo é pastoral de cooperação, abertura, de Igreja particular, de catequese e de presença nos conselhos e Assembleias.

## **Conclusão**

O dízimo está relacionado com o crescimento e a vivência da fé. Ele cresce conjuntamente com a qualidade de vida cristã. O que promove o crescimento da fé promove também o dízimo. Fazer uma motivação permanente de cultivo integral do dízimo. Ele se sustenta a partir da experiência de Deus na vida cristã. Não se sustenta quando a preocupação é só com os dividendos. Elementos: atuação dos ministros ordenados, testemunho, gestão participativa e transparente, colaboração fraterna e missionária.

### **Oração:**

Pai santo, contemplando Jesus Cristo, vosso Filho bem amado que se entregou por nós na cruz, e tocado pelo amor que o Espírito Santo derrama em nós, manifesto, com esta contribuição, minha pertença à Igreja, solidário com sua missão e com os mais necessitados. De todo coração, ó Pai, contribuo com o que posso: recebei, ó Senhor. Amém.